



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1001753-34.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **Maria de Jesus Serafim Araujo**
 Requerido: **Robson Toledo Lima e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **MARIA DE JESUS SERAFIM ARAUJO** contra **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e **ROBSON TOLEDO LIMA**, alegando em síntese, que é mãe do requerido Robson e que este apresenta diagnóstico de dependência química em estágio avançado, motivo pelo qual requereu a concessão da liminar, bem como a procedência da ação, a fim de que o requerido Robson seja encaminhado para tratamento em clínica de internação ou em hospital adequado de forma compulsória.

Com a inicial (fls. 01/16), vieram documentos (fls. 17/25).

Concedido os benefícios da gratuidade judiciária e deferida a tutela (fl. 26).

Citada, a ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo contestou a ação (fls. 39/48), alegando preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mérito, alegou que, ao Estado compete, dentre outras atribuições, promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde. Relatou que, a maior parte dos serviços de tratamento em Saúde Mental está sob a gestão dos Municípios. Requereu a improcedência da ação.

Manifestação do Município de Araraquara, informando que o requerido Robson, encontra-se internado na clínica Light House (fls. 71/73).

Réplica a fl. 67.

Manifestação do Requerido Robson às fls. 105/110.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

O presente feito merece julgamento no estado em que se encontra, não havendo necessidade da produção de outras provas.

O relatório médico de fl. 24 atesta que a medida de internação do requerido Robson Toledo Lima era a adequada para sua situação.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

É cristalino o dever do Estado e do Município em prestar atendimento ao doente. Atender à saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde do autor é proteger-lhe a vida, com indubitável apoio no interesse da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no pólo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.) RT 841/369.

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde.

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

O relatório médico apresentado a fl. 24 demonstrou a necessidade da internação, até mesmo para salvaguardar a integridade física do próprio paciente e dos familiares, havendo informação de que seu comportamento era agressivo.

Além disso, a ausência de capacidade econômica da autora restou comprovada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

pelos documentos acostados aos autos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, para determinar que os réus providenciem, gratuitamente ao requerido **Robson Toledo Lima**, a internação de que esta necessita, **a qual já se efetivou.**

Deixo de condenar o Município nas verbas de sucumbência pois não ofereceu resistência.

Isento a Fazenda Estadual dos ônus de sucumbência com fundamento na Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

P.I.C.

Araraquara, 06 de setembro de 2018.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--